



**A proposição preserva o papel do Estado como agente normativo, fiscalizador e regulador — inclusive quanto à segurança, à interoperabilidade e à proteção do usuário —, mas delimita que essa atuação deve respeitar os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da necessária tutela da liberdade econômica, previstos na Lei nº 13.874/2019.**

Por fim, a emenda contribui para o equilíbrio entre regulação e iniciativa privada, promovendo um ambiente institucional mais claro, competitivo e atraente para investimentos, condição indispensável ao desenvolvimento eficiente do sistema portuário nacional.

Pelo exposto, submeto a presente emenda à consideração desta Comissão.

**Deputada ADRIANA VENTURA**  
**(NOVO/SP)**

Apresentação: 12/08/2025 13:51:31.450 - PL073325  
EMC 244/2025 PL073325 => PL 733/2025  
**EMC n.244/2025**

